



SÁ, Elizabeth Figueiredo de; PINTASSILGO, Joaquim, and CASTRO, César Augusto, coord. 2021. *Alteridades e desigualdades nas práticas educativas*. Cuiabá, MT: EduFMT.

Organizado por Elizabeth Figueiredo de Sá, Joaquim Pintassilgo e César Augusto Castro o *e-book* intitulado “Alteridades e desigualdades nas práticas educativas” reúne os textos das conferências de abertura e encerramento, assim como das palestras das mesas redondas, proferidas no XII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COLUBHE). Realizado de dois em dois anos, este evento reúne investigadores dos dois lados do Atlântico e tem permitido a partilha de conhecimento e a realização de frutuosas parcerias.

A obra inicia-se com um prefácio, escrito por Maria Teresa Santos Cunha, em que a autora faz um breve resumo dos diferentes capítulos. De seguida, surge

o capítulo introdutório, o único que não corresponde a uma conferência ou palestra proferida no XII COLUBHE. Intitulado “Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação e sua importância para a consolidação do campo no Brasil e em Portugal” e da autoria dos organizadores do livro, Elizabeth Figueiredo de Sá, Joaquim Pintassilgo e César Augusto Castro, este capítulo tem o mérito de dar a conhecer a história dos Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação, desde a sua primeira edição, que ocorreu em 1996, na cidade de Lisboa. Utilizando como fonte os Anais do Congresso, os autores analisam os temas, os eixos temáticos e o número de participantes inscritos em cada uma das edições. Particularmente interessante é a análise do número de oradores por eixo temático, uma vez que permite compreender, como afirmam os próprios autores, a “permanência ou surgimento de novas temáticas ou teorias nas pesquisas em História da Educação” (p. 22), ou seja, as continuidades, mas também as transformações que foram surgindo, nestes últimos 26 anos, no campo da História da Educação, designadamente no que diz respeito aos temas e objetos de estudo.

Os restantes capítulos encontram-se repartidos por quatro partes. Da primeira parte desta obra, designada de “Alteridades e desigualdades na educação luso-brasileira”, fazem parte os textos das conferências de abertura e de encerramento do XII COLUBHE.

A conferência de abertura, proferida por Durval Muniz de Albuquerque Júnior, professor titular aposentado da Universal Federal do Rio Grande do Norte, intitula-se “*Conduzidos para fora de si: A experiência educativa como produtora de alteridades*

e desigualdades”. A partir da etimologia da palavra *educar* o autor reflete acerca do processo educativo enquanto processo de transformação pessoal que supõe o “contacto com a alteridade do mundo” (p. 33), bem como sobre as “dissimetrias de poder” (p. 35), ou seja, as desigualdades presentes na relação entre educador e educando. Como afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior a relação educativa é, inevitavelmente, uma relação hierárquica: “Na experiência educativa, um sujeito conduz, lidera, exerce, portanto, um dado poder, conferido pelo saber de que dispõe e o outro sujeito, aquele que é educado é liderado, conduzido, guiado, induzido, seduzido, reduzido por outrem, notadamente a partir do que sabe” (pp. 48-49). Partindo destes dois pressupostos o autor apresenta-nos uma estimulante reflexão em torno do papel do educador e da experiência educativa, especialmente pertinente nos tempos que vivemos, de ascensão dos discursos populistas e fascistas.

No que diz respeito à experiência educativa, o autor entende que a educação deve ser abduzora, no sentido em que deve produzir “um movimento de afastamento do sentido comum, do preconceito, do óbvio, do estereotipado, do *dejavu*, um movimento em direção ao ainda não dito e ainda não visto” (p. 42), e indutora, isto é, deve corresponder a “um chamamento para que o educando fique por dentro, venha para dentro de um dado universo de saber e conhecimento” (p. 45). Qualquer processo educativo que não possua estas características, que não conduza o educando para fora de si, para o conhecimento do outro e do mundo, como a educação militarizada ou a educação doméstica, exemplos referidos no texto, são crítica-

dos. Este tipo de educação, cuja principal finalidade é a formatação dos educandos, não contribui, no entendimento do autor, para a construção da alteridade e do desenvolvimento do pensamento crítico, mas sim de seres humanos acríticos, incapazes de entender e aceitar o outro, aquele que é diferente de si: “Conduzir para a identidade e para a igualdade de formas de ser é se propor uma educação fascista, que tenta produzir seres obedientes e incapazes de pensar e ser por si mesmos” (p. 43). Este tipo de ação educativa é contrário a uma educação para a democracia que supõe a aceitação do outro, do que é diferente, englobando-se aqui quer o ser humano, quer o conhecimento.

Teresa Seabra, professora do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, foi a palestrante convidada para proferir a conferência de encerramento do XII COULHBE, a que deu o título de “Desigualdades sociais na escola portuguesa: Mudanças e persistências”, uma temática muito pertinente no contexto atual, em que vivemos um momento de crise, fruto, num primeiro momento, da pandemia COVID-19 e agravada, no momento em que escrevo esta recensão, pelo conflito que se vive na Ucrânia. Como a própria autora afirma, na análise de faz da associação entre o nível de escolaridade dos pais e o sucesso/insucesso dos alunos: “em situação de ‘crise’ as populações socialmente mais desfavorecidas são vítimas particulares da mesma, perdendo mais e demorando mais tempo a recuperar desse prejuízo” (p. 59).

A autora começa por apresentar uma breve revisão da literatura sobre a relação entre desigualdades sociais e desigualdades escolares, em que dá particular atenção a algumas das variáveis contex-

tuais e pessoais que a investigação tem demonstrado influenciarem os percursos escolares dos alunos, tais como o nível de escolaridade dos progenitores, o género dos alunos, origem étnico-nacional e local de residência (rural vs. urbano). Na segunda parte, designada de “As desigualdades escolares em Portugal: Um sobrevoo”, é apresentada e analisada a taxa de transição/conclusão de diferentes níveis de ensino em Portugal, em função das variáveis acima referidas, assim como a origem social dos estudantes que frequentam o ensino superior. Esta análise permite evidenciar que apesar da associação entre desigualdades sociais e escolares ter sido “ligeiramente reduzida nos últimos anos” (p. 61) ainda há um longo caminho a percorrer, uma vez que a escolaridade dos pais e classe social são variáveis que continuam a condicionar o percurso escolar dos alunos, a que se seguem a origem étnico-nacional e o género. Contudo, o texto termina com uma nota positiva, pois apesar de esta ser uma questão que está longe de estar resolvida, os dados apresentados demonstram que não estamos perante uma fatalidade, uma vez que existem escolas que conseguem fazer a diferença, minimizando os efeitos das desigualdades sociais nas desigualdades escolares. Como a própria autora afirma tal depende não só de cada instituição escolar, mas também das forças políticas e sociais: “Poderá ter a escola um papel na redução dessas desigualdades [sociais] quando for essa a intenção de várias forças sociais em presença: poder político e económico, agentes educativos e a sociedade no seu todo” (p. 67).

A segunda parte deste livro intitula-se “A escola: Entre as agendas económicas

e sociais” e é composta por três capítulos. O primeiro capítulo, escrito por Carlos Henriques de Carvalho, professor da Universidade Federal de Uberlândia, designa-se “Dilemas da modernização à brasileira: A organização da escola primária em São Paulo/Brasil (1890-1930)”. A partir do estudo de um Estado brasileiro, o Estado de São Paulo, o autor dá-nos conta do processo de modernização educativa que ocorreu no Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, centrando-se no processo de reorganização da instrução pública que teve lugar nesse período. Esta reorganização, cuja principal finalidade seria o combate ao analfabetismo e a disciplinarização do povo, envolveu uma transformação nos modelos pedagógicos, mas também a emergência de novos modelos de escola, como foi o caso dos grupos escolares, concebidos como uma “instituição modelar do ensino primário” (p. 91), e, “um indicador da modernização educacional nacional e paulista” (p. 88). Estes viriam a substituir gradualmente as escolas isoladas, caracterizadas por uma “estrutura ínfima” (p. 85) e por programas mais simples. Comum a ambos os modelos é a conceção da escola como uma instituição civilizadora e difusora do ideário da República.

O segundo capítulo da segunda parte intitula-se “Leituras sobre as desigualdades sociais no sistema de ensino em Portugal”. Luís Mota, professor da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, fala-nos, neste texto, sobre as desigualdades sociais no sistema de ensino em Portugal, nas décadas de 60 e 70 do século XX, elegendo como objeto de estudo os discursos sobre esta temática veiculados na revista do Gabinete de Ciên-

cias Sociais da Universidade de Lisboa, *Análise Social*. Este texto torna-se particularmente interessante porque nos permite aceder ao pensamento sobre a questão da desigualdade escolar nas décadas de 60 e 70 em Portugal, muito influenciado pelas Teorias da Reprodução, assim como a dados concretos sobre a sua relação com as desigualdades sociais.

A análise dos artigos publicados na *Análise Social* permitiu ao autor aceder a alguns dados sobre a origem social dos alunos do ensino primário e do ensino secundário e a sua relação com o sucesso e o percurso académico. À semelhança de Teresa Seabra, referida acima, Luís Mota demonstra, com base nos dados apresentados na revista analisada, a existência de uma relação entre desigualdades sociais, operacionalizadas à época através da identificação do estatuto socioprofissional dos pais, e desigualdades escolares, o que nos permite compreender, se analisarmos os dois textos em conjunto, a persistência deste fenómeno na sociedade portuguesa. Se na escola primária “o insucesso é indissociável da origem social” (p. 110), existindo uma relação diretamente proporcional entre o estatuto socioprofissional dos pais e o sucesso dos alunos, no que diz respeito ao ensino secundário é salientada a relação entre o estatuto socioprofissional dos pais e o seu nível de escolaridade, ou seja, o seu capital cultural, com o percurso escolar dos alunos. Mais concretamente, os resultados dos estudos analisados revelam que os pais dos alunos que frequentavam o ensino liceal pertenciam, na sua maioria, a estratos sociais mais elevados, “quadros médios, dirigentes administrativos e técnicos, dos sectores público e privado” (p. 102)

e possuíam níveis de instrução mais elevados face àqueles que frequentavam as escolas técnicas, cujos e aqueles que frequentavam as escolas técnicas, cujos pais pertenciam a estratos sociais mais baixos e tinham níveis mais baixos de instrução. Como nos explica o autor, a probabilidade dos alunos cujos pais possuíam o nível mínimo de instrução frequentarem o ensino técnico era “duas vezes superior à de se matricularem num liceu” (p. 103).

Às desigualdades sociais juntavam-se, no que diz respeito ao ensino secundário, as desigualdades geográficas. A distribuição desigual dos estabelecimentos deste nível de ensino no território português contribuiu para a desigualdade de acesso, sendo, neste caso, beneficiados os alunos que residiam em distritos do litoral face àqueles que residiam no interior do país.

O último capítulo da segunda parte é da autoria de Rosa Lydia Teixeira Corrêa, professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e designa-se “Educação escolar e desenvolvimento económico no Brasil: Algumas reflexões”. Neste texto, a autora analisa os sentidos atribuídos à escola pública durante o século XX, no Brasil. Se até aos anos 40 a escola pública é construída como uma instância “de civilidade, de ordem e de progresso” (p. 124), na qual seria formado o cidadão ilustrado que contribuiria para a regeneração da sociedade, tema particularmente evidente no período da República, como aliás é referido também por Carlos Henriques de Carvalho no seu texto, assim como do trabalhador “laborioso e produtivo” (p. 126), a partir da década de 40 assiste-se ao estabelecimento de uma relação entre escolarização e desenvolvimento económico

e social. Neste contexto, assiste-se a uma expansão da escolarização no Brasil, fruto, num primeiro momento, da visão da escola como uma instituição necessária à promoção do crescimento económico do país, designadamente através do treinamento técnico necessário ao desenvolvimento industrial, típica dos discursos sobre educação e desenvolvimento que circulavam nesse período, e, sobretudo a partir dos anos 80/90, da intervenção crescente de organizações internacionais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, e da necessidade de adaptar a escola ao mundo globalizado. Contudo, como a autora tão bem demonstra, esta expansão não alcançou uma grande parte da população brasileira, persistindo, ainda hoje, a desigualdade no acesso à escola e no sucesso escolar.

A terceira parte, intitulada “Os outros de quem não se fala: Normalidade nos bancos da escola”, inicia-se com um texto da autoria de Maurilane de Souza Bicas, professora da Faculdade de Educação da USP, denominado “A história da educação e escolarização de adolescentes e adultos no Brasil Imperial”. A partir da análise de um conjunto de trabalhos acerca da construção da educação pública no Brasil, a autora ressalta as desigualdades geográficas, de género e de etnia que marcaram esse processo e faz referência a iniciativas da sociedade civil que tiveram como finalidade atenuá-las. Mais concretamente, esta autora mostra-nos como diferentes organizações da sociedade civil - “grupos e associações, academias e grêmios” (p. 157) - não só desempenharam um importante papel na reivindicação do alargamento da instrução às classes populares, como também foram responsáveis por um

conjunto diversificado de iniciativas cuja principal finalidade era a alfabetização dos adolescentes e adultos trabalhadores, os *outros*, aqueles que na devida idade não tiveram acesso à escola e que não correspondiam à imagem dominante de aluno.

No capítulo que se segue, intitulado “Desvio-padrão: Os outros de que não se fala”, Cláudia Pinto Ribeiro, professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, parte da questão da construção dos conceitos de anormalidade/normalidade, para analisar, em seguida, as “questões e os desafios da educação dos que são diferentes” (p. 181). Na primeira parte do texto, a autor ressalta o contributo dos estudos realizados em Portugal acerca desta temática, mais particularmente dos trabalhos realizados no âmbito do doutoramento, para o conhecimento das instituições educativas dedicadas ao ensino dos *anormais*, tais como a Casa Pia de Lisboa, e do trabalho realizado por alguns pedagogos neste campo (e.g. João dos Santos). A autora não se limita, porém, à análise dos temas abordados nos trabalhos que analisa e dá-nos a conhecer os diferentes tipos de fontes utilizados (e.g. legislação, atas de reuniões, fotografias), assim como as opções metodológicas, o que permite não só conhecer diferentes instituições e atores neste campo educativo, mas também aceder a um retrato da investigação acerca do tema desde o início do século XXI, em Portugal. A autora termina o seu texto com a análise da legislação sobre o ensino dos *outros*, desde a publicação da Lei Bases do Sistema Educativo (1986) até ao momento atual. É neste ponto que faz uma reflexão acerca do impacto do paradigma da educação inclusiva e das práticas pedagógicas que lhe estão associadas

na forma como, na escola, se lida com a diferença e, conseqüentemente, se pensa a educação daqueles que se desviam da norma.

César Augusto Castro é o autor do último capítulo desta terceira parte que se intitula “O desvio da normalidade dos(as) professores(as) e alunos(as) no Maranhão Império”. Como o próprio título indica, o autor faz-nos voltar ao passado e a outro espaço geográfico, o Maranhão no período do Império, contexto a partir do qual analisa o que se considerava desvios de normalidade (e.g. gravidez, pedofilia ou homossexualidade) nas relações entre alunos(as) e professores(as) ou entre professores(as) e professores(as). A partir de um conjunto bastante diversificado de fontes (e.g. Relatório dos Juizes dos Órfãos, Processos Judiciais, Jornais) que têm como denominador comum o facto de conterem relatos do que se considerava “desvios de normalidade” em professores e alunos, o autor analisa um lado menos explorado no campo da História da Educação, um tema sobre o qual existem poucas fontes, e mostra como estes desvios condicionavam, quando denunciados, o acesso à profissão, mas também serviam de argumento legitimador da vigilância da vida privada dos(as) professores(as).

A quarta e última parte deste livro tem como tema central a escola rural e intitula-se “Escolas rurais: Entre o pedagógico e o desenvolvimento rural”. A partir da análise de um conjunto de entrevistas realizadas a docentes das escolas primárias rurais, Anaete Regina Schelbauer, professora na Universidade Estadual de Maringá, apresenta-nos, no capítulo a que deu o título de “Dos caminhos da pesquisa aos sentidos da docência nas escolas

primárias rurais (1940-1970)”, um retrato do quotidiano das escolas rurais no Brasil entre as décadas 40 e 70 do século XX. Este corresponde ao período “auge dos debates sobre a institucionalização e a expansão das escolas primárias rurais no Brasil” (p. 228) que, como salienta a autora, tiveram um importante papel no combate à desigualdade no acesso à escola no Brasil, permitindo escolarizar crianças que até aí não tinham acesso a uma instituição escolar.

As dificuldades nos percursos até à escola, a multiplicidade de funções que o professor tinha que desempenhar - “da docência merenda escolar, bem como ao preenchimento da documentação escolar, a realização de matrículas, exames, além da participação na vida da comunidade rural” (pp. 244-245) -, a descrição do espaço físico e dos equipamentos, da origem social das crianças que frequentavam estas escolas são alguns dos aspetos focados pela autora, que nos permitem vislumbrar o dia a dia destes professores e o quotidiano escolar das escolas rurais, a maioria delas situadas em territórios muito desfavorecidos. Neste contexto, as escolas traziam esperança de uma melhoria nas condições de vida, através da educação.

No capítulo que se segue, José António Afonso transporta-nos de novo para Portugal. No texto intitulado “*As escolas rurais em Portugal (1926-1960): Notas para uma reflexão sócio histórica*”, o autor chama a atenção para a complexidade da problemática das escolas rurais que, como ele próprio afirma, “não é só uma problemática educativa territorial, como também política e ideológica” (p. 271). A partir da análise de um conjunto diversificado de fontes (ensaios, inquéritos

médicos-antropológicos, fotografias), José António Afonso apresenta-nos um retrato do mundo rural português e da sua população, salientando as transformações ocorridas no período em análise, o que nos permite compreender o contexto em que a escola rural portuguesa se desenvolveu, caracterizado pela pobreza, as altas taxas de mortalidade e morbilidade infantis e o analfabetismo. Relativamente à escola rural, em si própria, o autor mostra-nos, através da análise de textos sobre esta temática veiculados na imprensa portuguesa, como esta foi concebida como uma instância moralizadora e civilizadora da população rural portuguesa.

Elizabeth Figueiredo de Sá é a autora do último capítulo deste livro, que se intitula “A infância rural e a sua escolarização: Sentidos e sensibilidade”. Neste texto, que teve como tema central “as sensibilidades que envolviam a infância rural e sua escolarização no estado de Mato Grosso” (p. 307), entre os anos 20 e 40 do século passado, a autora dá-nos a conhecer as diferentes realidades da escola rural neste espaço geográfico, chamando a atenção para a sua heterogeneidade. As *escolas isoladas rurais*, “localizadas a mais de 3 quilómetros da sede do município” (p. 309) ou as *Escolas reunidas*, situadas em pequenas cidades ou vilas, são algumas das respostas encontradas para escolarizar, no período em análise, as crianças que viviam em meio rural.

Como referido anteriormente, a quarta parte do livro inicia-se com um texto que parte das memórias dos professores para reconstruir o quotidiano das escolas rurais, dos seus alunos e dos professores. Neste sentido, estes dois capítulos, o texto escrito por Anaete Regina Schelbauer

e o que agora se apresenta, podem ser entendidos como complementares, uma vez que partindo do mesmo objetivo, a reconstrução do quotidiano das escolas rurais, fá-lo a partir das memórias de outros atores, os ex-alunos de algumas escolas, assim como do olhar de estrangeiros sobre estas instituições educativas, tendo ainda em comum o facto de, como afirma Elizabeth Figueiredo de Sá referindo-se à realidade que estudou, trazerem não só “a lume uma realidade de pobreza, carestia de quase tudo e trabalho árduo” (p. 324), mas também “a deficiência das escolas públicas rurais naquele período, sem estrutura física adequada, mobiliários inexistentes ou improvisados, falta de recursos materiais e de auxílio pedagógico” (p. 324).

Em suma, trata-se de uma obra que tendo como eixo condutor as questões relacionadas com a alteridade e as desigualdades no campo educativo, nos permite compreender como estas foram pensadas em diferentes espaços geográficos, mas também em diferentes momentos históricos, desde o Brasil Imperial até ao Portugal dos nossos dias. Mas esta não é somente uma obra sobre discursos e conceções educativas, traz-nos também dados importantes sobre como se foi organizando a escola e a sociedade civil para permitir a educação dos outros, aqueles que se desviavam, por diferentes motivos, da imagem dominante de aluno, assim como a relação entre desigualdades sociais, desigualdades geográficas (interior vs. litoral, rural vs. urbano) e desigualdades escolares.

Carla VILHENA
Universidade do Algarve, CEIS20/
Universidade de Coimbra